BOLETIM

EDUCAÇÃO EM PAUTA

PUBLICAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA E ANDI - Nº 3 - MARÇO 2006

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Tema ganha espaço na mídia impressa em novembro e dezembro

pág. 5

ESPECIAL

Há parâmetros para se abordar a qualidade da educação

Pág. 7

OPINIÃO

Resultados do Enem provocam debate

Pág. 9

PERFIL

Margarida Azevedo, do *Jornal do Commercio* do Recife

Pág. 11

PONTO DE PAUTA

A polêmica em torno do ensino fundamental de 9 anos

Pág. 12

EDITORIAL

EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A qualidade da educação pautou jornais e revistas durante os meses de novembro e dezembro de 2005. Estimulados pelos resultados das avaliações promovidas por órgãos governamentais – tais como o *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)* e o *Prova Brasil*, entre outros – os veículos da mídia impressa brasileira dedicaram especial atenção ao tema.

As múltiplas possibilidades de abordagem da eficiência na Educação motivaram o "Especial" desta edição, que traz informações conceituais e referências de pesquisa que podem auxiliar profissionais da Comunicação em futuras reportagens sobre a qualidade da educação.

> "São apontadas **ausências na cobertura**, como as **ações educativas** destinadas **à superação das desigualdades étnico-raciais**"

Nesta terceira edição do boletim *Educação em Pauta*, análise produzida pela Ação Educativa em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, são apontadas significativas ausências na cobertura, notadamente no que se refere a informações de ações educativas destinadas à superação das desigualdades étnico-raciais. Esse foi o caso, por exemplo, das atividades relacionadas ao Dia da Consciência Negra, que tiveram pouca repercussão na pauta de jornais e revistas.

Tendo como base o monitoramento de reportagens, artigos de opinião e editoriais de 33 jornais de diferentes regiões, além de quatro revistas semanais de circulação nacional, a análise do período demonstra que as redações – assim como ocorreu com a sociedade brasileira – foram surpreendidas com a obrigatoriedade da matrícula escolar aos seis anos e a posterior ampliação do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos. A polêmica gerada e o desencontro de informações em relação ao tema são destaques da seção "Ponto de Pauta".

> "A análise **demonstra** que as redações foram **surpreendidas com a obrigatoriedade da** matrícula escolar **aos seis anos**"

Neste número é apresentado ainda o perfil da jornalista Margarida Azevedo, do *Jornal do Commercio* (PE). A repórter fala dos desafios de escrever sobre Educação nos grandes veículos de comunicação, onde o tempo para a produção está cada vez mais escasso. Confira!

EXPEDIENTE

Coordenação editorial
Camilla Croso e Vera Masagão *(Ação Educativa)*,
Adriano Guerra, Railssa Alencar e Veet Vivarta *(ANDI)*

Edição
Adriano Guerra *(ANDI)*

Pesquisa e análise
Fabio Senne e Railssa Alencar *(ANDI)*
Giovanna Modé e Mariangela Graciano *(Ação Educativa)*

Redação
Railssa Alencar *(ANDI)*
Giovanna Modé e Mariangela Graciano *(Ação Educativa)*

Projeto Gráfico
Adesign (www.adesign.com.br)

ação educativa

Rua General Jardim, 660
CEP: 01223-010
São Paulo – SP
E-mail: observatorio@acaoeducativa.org
Tel: (11) 3151-2333

ANDI
Agência de Notícias dos Direitos da Infância

SDS - Ed. Boulevard Center / Bloco A / Sala 101
Brasília - DF / 70391-900
Tel: (61) 2102 – 6508

Colaboração Financeira

Save the Children
Reino Unido

EDUCAÇÃO CONTINUA A LIDERAR TEMAS MAIS PAUTADOS PELA IMPRENSA

Nos últimos meses do ano, o vestibular e o debate sobre o Fundeb foram as questões mais focadas pelos jornais

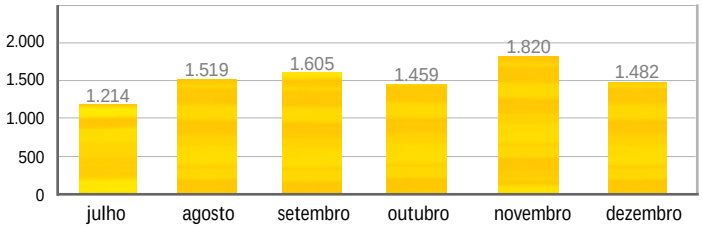
Nos últimos meses de 2005, o debate sobre questões relacionadas à Educação ocupou mais uma vez a liderança no ranking de temas mais presentes nos jornais impressos. Os dados do monitoramento realizado pela ANDI (confira metodologia na primeira edição do Educação em Pauta), quando comparados aos meses anteriores, indicam uma estabilidade no número de matérias veiculadas nesse período. O tema Educação permanece, portanto, em um patamar estável de notícias ao longo do segundo semestre.

Em dezembro, no entanto, nota-se uma pequena redução no volume de textos publicados pela mídia impressa sobre essa temática. Embora essa queda não represente uma alteração significativa na tendência de equilíbrio da cobertura observada ao longo do ano passado, é importante compreender os fatores que a originaram. Por um lado, há uma queda sazonal prevista, considerando que em dezembro há um volume menor de matérias sobre o vestibular, quando comparado ao mês anterior, período em que as provas de acesso ao Ensino Superior entram de forma mais intensa na agenda da mídia. Outro aspecto a ser ressaltado tem relação direta com o debate em torno do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Em novembro, as discussões sobre o Fundo estiveram fortemente presentes na cobertura da imprensa.

O interesse da mídia impressa também continua marcado pela grande proporção de notícias voltadas para o *Acesso ao Ensino Superior,* frente a outros níveis de educação. Entretanto, as matérias sobre esse tema aparecem concentradas, principalmente, no período que antecede o vestibular. No total, foram contabilizadas 2.549 notícias sobre o vestibular em 2005, tendo 1.056 delas se concentrado em janeiro, novembro e dezembro.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATÉRIAS SOBRE EDUCAÇÃO

Total de matérias sobre Infância e Adolescência analisadas de julho a dezembro de 2005, para 33 jornais



> “Falta de **recursos** é pouco **abordada**”

Ensino Médio

Ao observarmos o comportamento da cobertura sobre Educação ao longo dos meses de 2005, podemos perceber que em setembro houve uma proporção fora do comum de matérias sobre o *Ensino Médio*. A partir desse mês, nota-se uma abrupta redução no número de textos sobre esse tema. Isso se explica, em parte, pela publicação nesse período de 211 matérias sobre o Enem. Isso indica que setembro concentrou, portanto, grande parte da discussão acerca dessa avaliação durante o ano, em comparação ao total de 656 notícias publicadas em 2005.

O baixo percentual de inserções dedicada ao *Ensino Médio* nos demais meses, entretanto, não representa necessariamente negligência da mídia em relação a esse tema. É comum encontrarmos matérias que vinculam esse nível de educação ao nível superior ou a outros níveis, o que implica que ele seja contabilizado, segundo a metodologia de análise de mídia desenvolvida pela ANDI, dentro da categoria *Vários Níveis de Ensino*. Este é também o universo temático no qual as matérias sobre o Fundeb estão localizadas. Apesar de não acompanhar com precisão o comportamento da cobertura sobre *Vários Níveis de Ensino* ao longo do ano, o debate sobre o Fundo contribuiu sensivelmente para os picos registrados em março, junho e setembro em relação a esta categoria.

Políticas compensatórias

Os fatores qualitativos da cobertura de Educação encontram limites, entretanto, quando observamos o baixo índice de matérias que correlaciona as questões educacionais com as políticas compensatórias, as ações de participação juvenil ou a falta de recursos públicos para a área. No caso das políticas compensatórias, uma das causas para essa constatação pode ser relacionada, em parte, à fusão do Bolsa Escola com outros programas de transferência de renda. Nas últimas análises produzidas pela ANDI, as matérias classificadas na temática *Pobreza e Exclusão Social* passaram a concentrar a discussão sobre as políticas de transferência de renda que implicam em contrapartidas dos beneficiários.

QUESTÕES DE EDUCAÇÃO MAIS COBERTAS, POR ESFERA

(% de amostra* de matérias sobre Infância e Adolescência, quando o tema é Educação, para 33 jornais em 2005)

Assunto vs. Esfera	Caso individual	Setor Privado	Governo	Organismo Multilateral	Parceria institucional	Sociedade Civil Organizada	População geral	Temático	Total de ocorrências**
Formação de educadores	1,52%	0,00%	4,98%	0,22%	0,43%	0,22%	0,87%	1,73%	2,71%
Matrícula/ Evasão escolar	1,73%	1,08%	6,93%	0,00%	0,00%	0,00%	0,65%	1,30%	3,55%
Material didático/ pedagógico	2,16%	0,87%	5,84%	0,00%	0,87%	0,22%	0,43%	4,76%	4,24%
Merenda escolar	0,65%	0,22%	13,85%	0,00%	0,43%	0,22%	0,00%	0,43%	4,59%
Greves/Reivindicações/ Contratação de educadores	2,38%	0,22%	17,53%	0,00%	0,00%	0,43%	0,87%	0,87%	6,75%
Qualidade de ensino	1,08%	0,22%	13,85%	0,22%	0,22%	0,43%	1,08%	8,01%	7,31%
Total***	9,52%	2,60%	62,99%	0,43%	1,95%	1,52%	3,90%	17,10%	29,16%

** Amostra de 1.422 notícias analisadas, seguindo a metodologia de Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).*
*** % sobre a amostra de notícias cujo tema principal é Educação (1.422 notícias)*
**** % sobre a amostra de notícias cujo tema principal é Educação, e que mencionam as questões de Educação acima expostas (419 notícias)*

Outro aspecto pouco abordado na cobertura de Educação, em comparação à média geral, é a falta de recursos públicos para a área educacional. Mas, apesar de importante para determinadas áreas que contam com baixos ou pouquíssimos recursos para a formulação e implementação de políticas públicas, esse não se trata, necessariamente, de um quesito fundamental para apontar a qualidade das notícias. Isso porque é tão ou mais importante tratar sobre a alocação e a eficácia da execução dos recursos públicos já existentes. Seja qual for a abordagem em relação a esse assunto, porém, ele certamente representa um elemento estratégico para as políticas educacionais.

Nesse sentido, a maior proporção de notícias que mencionam o Orçamento Público, fraudes e improbidades administrativas no setor educacional pode ser encarada de maneira positiva, já que é maior do que a média das notícias analisadas em 2005 sobre Infância e Adolescência. Entretanto, a existência de somente 1,55% de notícias que citam aspectos orçamentários indica que há ainda muito a se avançar na cobertura, em direção a uma maior contextualização entre a realidade da Educação brasileira e os recursos públicos destinados ao setor.

Da mesma forma, a predominância de políticas voltadas para a infraestrutura da Educação revelam que as páginas dos jornais poderiam estar sendo utilizadas de maneira mais profícua – por mais indispensáveis que sejam a construção e reformas de escolas. Questões escolares tão pertinentes quanto essas também poderiam estar sendo abordadas com maior freqüência pelos veículos. A *Formação de Educadores*, a *Matrícula* e *Evasão Escolar*, o *Material Didático-Pedagógico* e a *Merenda Escolar* encontram-se praticamente ocultas da agenda dos jornais, aparecendo em 2005 em menos de 5% do total de notícias sobre Educação. A *Qualidade do Ensino* foi, de maneira semelhante, alvo de somente 7% dessa cobertura no ano passado, a despeito da urgência com que tal assunto se impõe na agenda da Educação *(ver Especial – Qualidade do Ensino, p. 7)*.

Contextualização

O noticiário sobre Educação em 2005 manteve uma tendência positiva. No ano passado, quase 80% das notícias sobre esse tema trouxeram elementos de contextualização. Os dados mostram que, em muitos casos, as matérias que abordaram aspectos cruciais do setor educacional – como formação de professores, qualidade do ensino, matrícula e evasão escolar – preocuparam-se em informar o leitor para além do mero fato. Além disso, o conjunto de matérias analisadas apresenta uma proporção considerável de notícias propositivas.

Entretanto, diante de aspectos específicos – como *Matrícula* e *Evasão Escolar* –, essa tendência de contextualização é bem menor. Sob a ótica da cobertura de Educação, a violação aos direitos de crianças e adolescentes, por exemplo, concentra-se nos problemas relacionados à merenda escolar, o que pode evidenciar o desconhecimento de que falhas nas demais questões colocadas também são direitos dos alunos. Ter professores insuficientemente preparados, dificuldades na matrícula, evasão escolar, material didático-pedagógico insatisfatório, falta de professores e baixa qualidade do ensino também são violações dos direitos infanto-juvenis.

> “Baixa qualidade **de ensino** também **é violação dos direitos** infanto-juvenis”

Recursos editoriais

O mesmo pode-se dizer em relação à quase ausência de reportagens que trazem informações comparativas entre situações semelhantes ocorridas em diferentes localidades; e do baixo índice de matérias que, além de citar, comparam dados e estatísticas. Tais recursos editoriais representam estratégias importantes para que os leitores possam compreender melhor as diversas – e muitas vezes complexas – questões que afetam as políticas de Educação.

Os jornalistas que cobrem esses temas educacionais, no entanto, já demonstram uma maior preocupação em revelar as *Causas e Conseqüências* das questões pautadas. Os dados sobre esses dois aspectos do noticiário são ligeiramente superiores aos demais itens mencionados anteriormente.

Apesar dos limites apontados, a cobertura de Educação demonstra uma grande capacidade de contribuir para consolidar ou contextualizar o debate de temas educacionais. As lacunas encontradas exigem, no entanto, um grande esforço tanto por parte dos jornalistas quanto das fontes de informação. Tornar mais intenso e produtivo o diálogo entre os profissionais da imprensa e os atores sociais ligados a essa área é certamente um caminho para consolidar a qualidade da cobertura.

> “Gestores **públicos** não foram chamados **a responder** o que têm **feito para superar** a precariedade do **Ensino Médio**”

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO GANHA ESPAÇO NA COBERTURA DA MÍDIA IMPRESSA

Novo Sistema de Avaliação organizado pelo MEC, os resultados do Enem e a cobertura sobre projetos pedagógicos pontuais estimularam a produção de reportagens

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), implementado em 1990, teve nova estrutura definida em 2005. O modelo é constituído por dois processos, que acontecem a cada dois anos: *Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)*, de caráter sistêmico geral e aplicada em amostra aleatória de estudantes; e a *Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc (Prova Brasil)*, mais extensa e detalhada, com foco em cada unidade escolar. Em novembro, cerca de 5 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental público urbano participaram da *Prova Brasil*. O exame traz questões de Matemática e Língua Portuguesa, além de questionários que coletam informações sobre as características do aluno e sua trajetória escolar, buscando apresentar indicações do efeito que alguns desses fatores têm sobre o desempenho na aprendizagem.

Fonte: MEC/INEP

A eficiência e a qualidade na Educação receberam destaque da mídia impressa brasileira nos meses de novembro e dezembro de 2005. A adoção do novo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), anunciado pelo Ministério da Educação (MEC), pautou *A Gazeta de Vitória*, *Jornal do Tocantins*, *O Liberal* (PA), *Diário de S.Paulo*, *O Popular* (GO), *O Norte* (PB), *Correio do Povo* (RS), *O Dia* (RJ), *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* (SP), *Folha de S.Paulo* e *Jornal de Brasília*. Nos textos analisados, o principal enfoque dado pelos veículos foi relacionado à explicação sobre o funcionamento do novo modelo e o anúncio das provas, realizadas em novembro.

Dos textos monitorados, somente a *Folha de S.Paulo* constatou a sobreposição de avaliações na Educação. Naquele estado, os alunos das redes públicas e privada foram submetidos a três provas no período de um mês – duas promovidas pelo MEC (Prova Brasil e Saeb), e uma pela Secretaria Estadual de Educação (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo).

A cobertura teria sido ainda mais informativa se cobrasse dos poderes públicos esclarecimentos sobre a multiplicidade de provas. Nenhuma reportagem, por exemplo, questionou a possibilidade de a União, estados e municípios somarem esforços, primando por resultados precisos e racionalização da utilização dos recursos públicos.

Em novembro, foram divulgados os resultados gerais do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os números gerados serviram de base para pautas sobre o baixo desempenho dos alunos na prova objetiva, “o segundo pior desde de 1998”, conforme destacou *O Liberal* (PA). O *Jornal de Tocantins* adotou abordagem mais equilibrada e, já na manchete, anunciou também a elevação do desempenho dos alunos na redação.

Os resultados, infelizmente, não suscitaram reportagens de maior fôlego sobre as causas da insuficiência do rendimento escolar.

Gestores públicos não foram chamados a responder o que têm feito para melhorar a qualidade do Ensino Médio, ou o que farão diante dos resultados. Vale destacar que, para uma cobertura qualificada do tema, também é importante conhecer a opinião e o compromisso de outros setores da sociedade com o assunto. Conselhos de gestão pública, organizações da sociedade civil, pais, alunos e educadores são fontes importantes nesse debate.

Outras abordagens

Além do enfoque dado aos resultados de avaliações de ensino, a qualidade da Educação também esteve presente na cobertura a partir de outras abordagens. Chama atenção a grande quantidade de concursos, olimpíadas e gincanas destinadas a incentivar a aprendizagem, sobretudo em Matemática. Entre as inúmeras reportagens sobre o tema, destaca-se a elaborada pelo *Diário da Manhã* (GO), que atribuiu o bom desempenho dos estudantes goianos na 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas às estratégias pedagógicas adotadas pela rede estadual no ensino da disciplina.

Houve ainda uma enorme variedade de notícias sobre projetos desenvolvidos pontualmente em escolas ou redes de ensino. O *Correio Braziliense* destacou o projeto de Educação Sexual em 14 estabelecimentos da rede estadual, iniciativa desenvolvida pelo Ministério da Saúde. *A Gazeta* (MT) falou sobre a decisão da Câmara do município paulista de Itu de incluir no currículo escolar a disciplina "Política". Já *A Notícia*, de Santa Catarina, deu destaque ao ensino de História por meio da música, projeto estendido às escolas municipais e estaduais. O *Correio da Paraíba* destacou a educação no trânsito oferecida pelas escolas do município de Patos (PB).

As reportagens despertam interesse por revelarem a riqueza que existe no cotidiano da vida escolar. Poderiam ser ainda mais instigantes se abordassem, por exemplo, o impacto de tais iniciativas sobre a qualidade da educação. Por que o poder público adota a estratégia da competição – olimpíadas, gingacas etc. – para estimular o ensino e a aprendizagem? É papel da escola ensinar desde boas maneiras no trânsito até prevenção de DST-Aids? Por quê? O que dizem os especialistas? Essas são algumas das questões que a imprensa pode e deve colocar em discussão.

Também seria possível investigar a atuação dos diferentes órgãos e instâncias governamentais nesse campo. Afinal, as escolas têm abrigado projetos e programas de diferentes ministérios, secretarias estaduais e municipais. Há sinergias e objetivos político-pedagógicos estrategicamente definidos entre tantas iniciativas? Como são selecionadas as escolas que participam dos projetos pontuais? Estas e outras indagações poderiam contribuir com o polêmico debate sobre a qualidade da Educação. Confira no "Especial" desta edição dicas de fontes de informação e possíveis abordagens sobre o tema.

> "Conselhos de **Gestão Pública,** organizações da **sociedade civil, pais, alunos e educadores são** fontes importantes **no debate** sobre Ensino Médio"

O vestibular

Como esperado, os vestibulares para ingresso no Ensino Superior, em instituições públicas e privadas, além das inscrições para o *Programa Universidade para Todos (Prouni)*, foram temas em todos os jornais analisados no período. Destacam-se as diferentes perspectivas adotadas por *O Liberal* (PA) e *Folha de S. Paulo* em relação ao acesso de estudantes de escolas públicas à Universidade de São Paulo (USP). No dia 23/11, o diário paulista salientou o elevado número de estudantes da rede pública inscritos na Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) – 41,8% do total –, atribuindo esta procura à divulgação inédita, nas escolas públicas de Ensino Médio, da oferta de 65 mil isenções na taxa de inscrição. O texto relaciona a baixa participação nos anos anteriores à falta de recursos financeiros.

Dois dias depois, *O Liberal* (PA) repercutiu pesquisa realizada pela Pró-Reitoria de Graduação da USP, demonstrando que, em 45% das escolas estaduais, os alunos têm baixo interesse nos assuntos relacionados à USP, e apenas 25% têm elevado interesse. Na rede privada ocorreu o inverso: 70% demonstram interesse e 10% não se interessam. Apesar dos caminhos diferenciados, os dois textos convergem para a mesma conclusão: é preciso informar os estudantes de baixa renda sobre a existência e a oportunidade de acesso à universidade pública. O resultado da pesquisa, assim como o desempenho no *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*, apontam para a necessidade de abordagens específicas acerca dessa etapa de ensino.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Era esperado que o 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, provocasse a abordagem de temas relacionados à desigualdade étnico-racial e o universo escolar. No entanto, nos jornais impressos analisados, apenas seis reportagens tiveram esse enfoque. O *Estadão* (RO) tratou da pesquisa realizada por uma escola no quilombo Santo Antonio do Guaporé e a *Tribuna de Alagoas* abordou mostra cultural em uma escola estadual. O estímulo ao respeito à diversidade por meio de projetos pedagógicos pautou ainda o *Jornal de Brasília* e *A Notícia* (SC).

Apenas duas reportagens, publicadas na *Tribuna de Alagoas* e em *A Notícia*, abordaram a implementação da Lei 10.639, que estabelece o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as modalidades de Ensino Fundamental e Médio, na rede oficial e particular. Os dois textos faziam referências a seminários organizados pelo poder público estadual sobre o tema. A implementação desta lei, promulgada em 2003, é essencial e tem caráter estratégico para a superação da profunda desigualdade racial que marca a sociedade brasileira. Assim, fica aqui uma sugestão, urgente, de pauta.

O QUE É EDUCAÇÃO DE QUALIDADE?

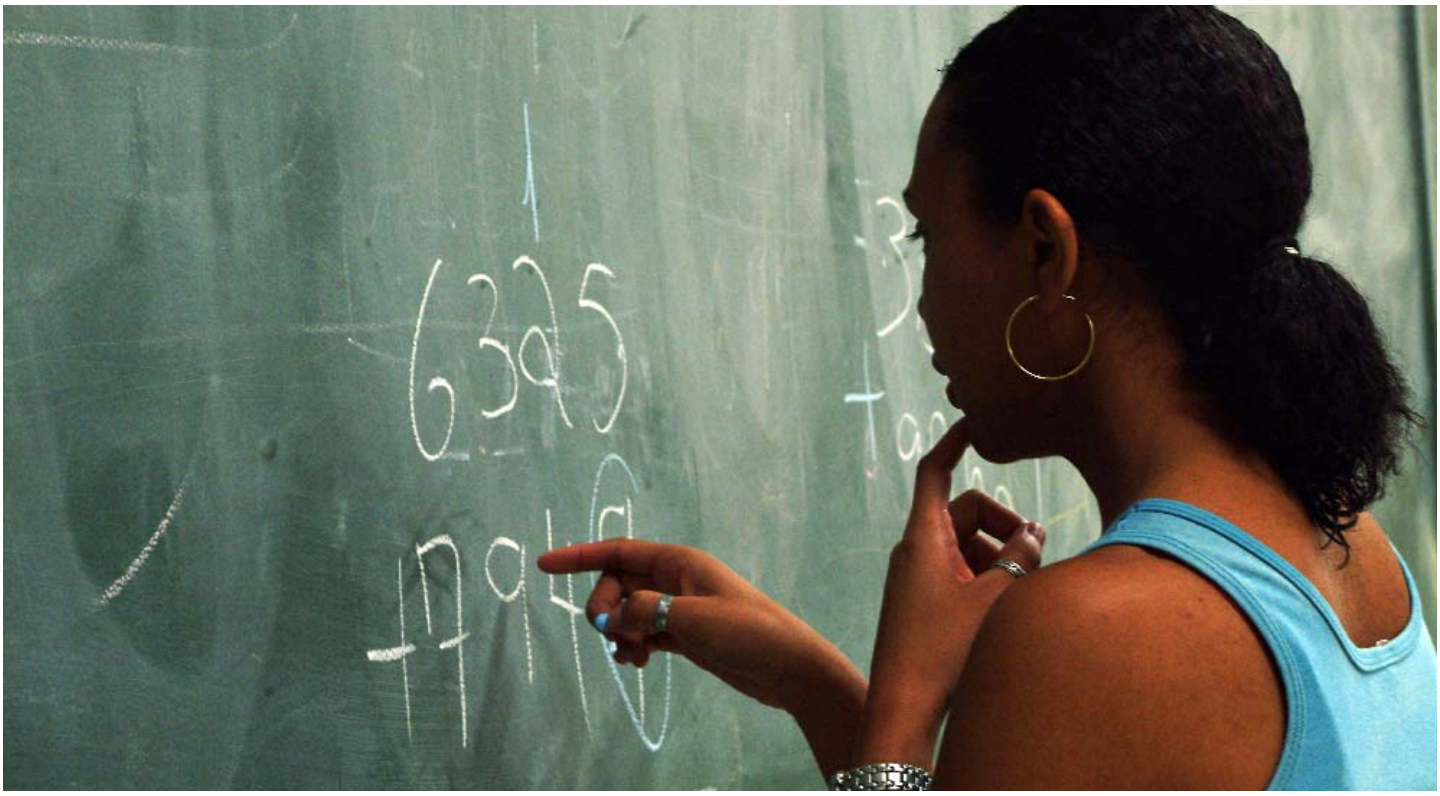
Embora não exista consenso, há parâmetros que podem orientar o trabalho jornalístico quando se fala em qualidade na Educação. Abaixo, algumas dicas e referências para a cobertura do tema

> "Ponto importante **está relacionado à exclusão e à desigualdade** no acesso ao ensino"

Diversas matérias e editoriais, no período analisado, destacaram a questão da qualidade na Educação (ver "Jornais em Foco" e "Opinião"), tratando de olimpíadas escolares a sistemas de avaliação de ensino. Mas, o que seria uma Educação realmente de qualidade? Embora não exista uma única resposta, diversos parâmetros podem ajudar a direcionar o trabalho jornalístico em reportagens que abordam esse tema. Usar como referência a própria Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais é um caminho possível.

Além da legislação, entretanto, há disponíveis diversos estudos que podem contribuir como fontes de consulta na investigação do tema. A publicação *Indicadores de Qualidade na Educação*, lançada em maio de 2004 pela Ação Educativa em parceria com a UNICEF, o PNUD e o INEP/MEC, traz, por exemplo, parâmetros para se falar da qualidade da Educação escolar. A pesquisa sugere algumas dimensões para serem analisadas, são elas:

1. Ambiente Educativo: respeito à amizade, à alegria, à solidariedade, à disciplina, ao combate à discriminação e ao exercício dos direitos e deveres.
2. Prática pedagógica: relacionada à proposta pedagógica da escola, sobre o planejamento das atividades educativas, estratégias e recursos de ensino-aprendizagem.
3. Avaliação: processos de avaliação dos alunos, incluindo a auto-avaliação e a avaliação dos profissionais da escola.
4. Gestão escolar democrática: compartilhamento das decisões, preocupação com a qualidade, relação custo-benefício.
5. Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola: processos de formação de professores, sobre a suficiência, assiduidade e estabilidade da equipe escolar.
6. Espaço físico escolar: bom aproveitamento dos recursos existentes na escola, disponibilidade e qualidade desses recursos, além de organização dos espaços escolares.
7. Acesso, permanência e sucesso na escola: quem são os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem? Quem são aqueles que mais faltam às aulas? Onde e como vivem esses estudantes? Quais suas maiores dificuldades?



> “Outro aspecto **a ser verificado** é a existência **de mecanismos** de avalição”

Ao se analisar a qualidade da Educação, outro ponto bastante importante está relacionado à exclusão e à desigualdade no acesso ao ensino, ou seja, deve-se verificar se os sistemas educacionais excluem determinados grupos do ingresso e permanência na escola. Alguns possíveis indicadores de exclusão ao sistema de ensino são:

1. Pessoas entre 20 e 24 anos de idade que não tenham superado o nível educativo de seus pais e que tenham completado menos de 12 anos de estudos, por sexo e nível educativo dos pais, em zonas urbanas e rurais.
2. Número de escolas onde se ensina o idioma materno dos grupos étnicos e raciais em relação ao número de crianças destes grupos em cada região. Esta é uma dimensão essencial, por exemplo, para abordar as políticas para a Educação escolar indígena.
3. Número de programas especiais para imigrantes e pessoas com necessidades especiais, desagregados por zonas urbanas e rurais.
4. Gasto por aluno nos centros docentes privados e públicos, em zonas urbanas e rurais.
5. Nível educativo e ingresso dos jovens entre 20 e 29 anos de idade, com 12 anos de estudo ou mais, por tipo de emprego e por número de anos de estudos dos pais.
6. Representação dos grupos étnico-raciais e da mulher nos manuais escolares, em comparação com a do homem (dentro e fora do lar) nos títulos, nas ilustrações e nos textos.
7. Nível educativo das populações indígenas e das minorias étnicas por idioma.

A publicação *Relatório Global de Acompanhamento da Educação para Todos 2005: O Imperativo da Qualidade*, lançada pela UNESCO no ano passado, traz também referências sobre o tema a partir de dois princípios que, segundo o documento, caracterizam a maioria das tentativas de definir a qualidade da Educação. O primeiro está relacionado ao fato de os sistemas educativos colocarem como prioridade o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Já o segundo enfatiza o papel da Educação na promoção de valores compartilhados e no desenvolvimento criativo e emocional.

Avaliação dos resultados

Outro aspecto fundamental a ser verificado em cada ação é a existência de mecanismos de avaliação do seu impacto sobre a melhoria da qualidade do ensino a curto, médio e longo prazos. Sem essa dimensão, os responsáveis – seja governo ou sociedade civil - não têm condições de balizar sua atuação, e a sociedade civil não consegue exercer controle ou formar opinião.

Os indicadores apontados são parâmetros tanto para a abordagem de ações que incidem sobre os sistemas de ensino, quanto para os projetos pontuais, de caráter exemplar, desenvolvidos em unidades escolares específicas.

REFERÊNCIAS

Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996). http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf

Parâmetros Curriculares Nacionais: http://www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm

Indicadores de Qualidade na Educação. Publicação da Ação Educativa em parceria com a UNICEF, o PNUD e o INEP/MEC. http://www.acaoeducativa.org.br/indicadores/

Educação também é Direito Humano. Publicação da Ação Educativa e da Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo. http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/direito_a_educacao.pdf

O Imperativo da Qualidade - Relatório Global de Acompanhamento da Educação para Todos 2005. Publicação da Unesco. www.efareport.unesco.org

RESULTADO DO ENEM PROVOCA DEBATE SOBRE ENSINO MÉDIO E ACESSO À UNIVERSIDADE

Artigos e editoriais apontam polêmicas em torno dos desafios que cercam o ensino e aprendizagem de jovens nas escolas públicas

A qualidade da Educação foi também o principal foco dos artigos de opinião e editorias dos jornais impressos monitorados entre novembro e dezembro. Além do resultado do *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*, os dados do *Censo Escolar 2005* pautaram os espaços opinativos dos veículos. Os textos foram utilizados para apontar deficiências no ensino público, além de tecer críticas às políticas federais.

Artigo publicado no *Jornal do Brasil* (2/11), por exemplo, cita a redução no número de matrículas no Ensino Fundamental para apontar que a Educação Básica está em situação precária. O texto conclui que a responsabilidade é das autoridades federais, que têm estimulado a proliferação de cursos superiores privados de qualidade duvidosa. Embora revele capacidade de argumentação do seu autor, o artigo não consegue relacionar claramente qual é o impacto da mercantilização do Ensino Superior na qualidade da Educação Básica.

Os resultados do Enem subsidiaram o *Correio da Paraíba* em crítica feita por este diário à reforma universitária: *"O Governo adota medidas paternalistas, a exemplo das de cotas para negros e índios ingressarem na Universidade. Entidades reivindicam que estas sejam ampliadas para alunos da rede pública. Procura-se nivelar por baixo"*, afirma o jornal, em texto publicado no dia 5/11.

De maneira geral, os argumentos, calcados em uma discutível noção de meritocracia, não problematizam as razões do fraco desempenho dos alunos das escolas públicas, apenas sugerem que estes não podem acessar a universidade. Faltaram reflexões, nesses mesmos espaços de opinião, para a contraposição de tais argumentos.

Nessa temática, o editorial de *A Gazeta de Vitória* foi exceção por cobrar responsabilidade das autoridades pela reduzida participação em vestibulares dos alunos do Ensino Médio das escolas públicas. *"Ninguém é menos cidadão se não passar pela faculdade (...) O que não é justo é a desigualdade de oportunidades, impedindo de chegar ao Ensino Superior aqueles que têm vontade de fazê-lo"*, critica o jornal em 27/11.

> "Os argumentos, **calcados em** uma discutível **noção de meritocracia,** não problematizam as razões do **fraco desempenho dos alunos** da escola pública"

Ensino Médio

O *Correio Braziliense*, sem citar nenhuma avaliação, abordou de maneira muito interessante os desafios enfrentados pelo Ensino Médio. No início de novembro, um artigo assinado destaca a necessária formulação de projeto específico para esse nível de ensino, tendo em conta as necessidades juvenis em relação ao mundo do trabalho e acesso ao Ensino Superior.

O mesmo jornal, no final daquele mês, trouxe um tema inusitado tanto pelo conteúdo quanto pela abordagem. Assinado por uma promotora do Ministério Público do Distrito Federal, o texto cita os inúmeros mandados de segurança impetrados para garantir acesso de menores de 18 anos a exames supletivos do Ensino Médio. A autora alerta para o fato de pais abdicarem do direito de seus filhos cursarem o ensino regular para acessar o curso com menor duração. Essa é uma questão polêmica e certamente merece ser tratada em reportagens aprofundadas sobre a importância do Ensino Médio para os jovens.

Ampliação do Ensino Fundamental

A matrícula para ingresso obrigatório das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, estabelecida pela Lei Federal 11.114, de maio de 2005, começou a ser pautada nos jornais a partir de novembro. Nos dois últimos meses do ano passado, o tema ainda não suscitava a polêmica apresentada no início de 2006, mas já apontava para o debate entre a antecipação do ingresso e a ampliação do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, medida oficialmente adotada apenas em fevereiro deste ano.

Em editoriais no mês de novembro, *A Gazeta de Vitória* (ES) e o *Diário Catarinense* (SC) saudavam a matrícula aos seis anos como uma forma de elevar a qualidade do ensino, desde que acompanhada do necessário aporte de material pedagógico para atendimento adequado das crianças.

O jornal *Zero Hora*, em artigo, colocava a questão como uma forma de promoção da igualdade de condições entre crianças de famílias pobres e aquelas da classe média que freqüentam a rede privada de educação, na qual o processo formal de ensino e aprendizagem, característico do Ensino Fundamental, já se iniciava aos 6 anos.

O tema suscita ainda variadas reflexões e debates. O *Ponto de Pauta* desta edição traz fontes de informação e opinião sobre este tema e também sobre a ampliação do Ensino Fundamental.

MAIS DIVERSIDADE NAS SEMANAIS

Revistas ampliaram o leque de abordagens e trouxeram reportagens mais contextualizadas sobre temas relevantes para a Educação no País

> “Carta Capital inclui **Educação** entre seus temas **prioritários** no **especial de** fim de ano”

A análise da cobertura dos temas educacionais realizada pelas revistas semanais, entre novembro e dezembro, revela algumas boas surpresas. Foi a primeira vez, desde o início da produção deste boletim, que o tema ganhou capa em uma delas – na revista *Carta Capital*. A matéria “A miséria usa beca”, de seis páginas, discutia a relação entre universidade e emprego no País, problematizando a possibilidade de mobilidade social por meio do acesso ao estudo. Embora necessária, esse tipo de abordagem deve ser feita de maneira cautelosa, sob pena de reduzir o direito à Educação a instrumento de ingresso no mercado de trabalho.

Outro destaque veio da mesma publicação, que inseriu o tema Educação em sua última edição de 2005. É de praxe que, na virada do ano, as revistas façam uma edição especial com a retrospectiva dos fatos mais importantes do ano e perspectivas do que está por vir. Em *Carta Capital*, foi incluído o tema Educação entre os prioritários, com um artigo de Júlio Groppa Aquino. Com o título “Em estado de sítio”, o autor afirmou que “com um ensino estatal de qualidade indigente e um ensino privado de qualidade farsesca, têm-se o retrato do País”. Como saída, propõe “um pacto civil em favor da revitalização ético política dos fazeres escolares, desde seu interior”. Não foram discutidas as bases para a constituição deste pacto, nem analisadas as políticas educacionais em curso sob esta perspectiva.

Carta Capital trouxe ainda outra importante reportagem sobre Educação, repercutindo a pesquisa “A educação na primeira infância”. Trata-se de um estudo de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra o quadro de atendimento da Educação Infantil. Acertadamente, o texto fazia a ponte com a inclusão das creches no Fundeb, mas deixou de fazer, porém, a importante relação com a obrigatoriedade da matrícula aos 6 anos ou com a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos.

Educação e Desigualdade

Abordando não diretamente o tema, a matéria “Brasil Invisível”, também publicada em *Carta Capital*, foi inspirada no Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e destacava diversos dados que provam a disparidade entre negros e brancos no Brasil – entre eles dados de escolaridade.

A revista *Isto É* dedicou também atenção às desigualdades raciais em duas das edições analisadas. Na reportagem “Nas cores do Brasil”, inspirada na data comemorativa, a publicação destacava a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares – Unipalmares, que nasceu há dois anos com o objetivo de incluir negros no Ensino Superior – e citava ainda o programa *ProUni* como uma das medidas nesse sentido. A outra matéria, intitulada “Retrato em Preto e Branco”, repercutia o relatório PNUD sobre racismo, pobreza e violência. O texto destacava o fato de os negros, em diversas áreas, inclusive Educação, estarem em situação desfavorável. Em todas elas, porém, poderia ter-se avançado em direção ao fato de que a Educação pode ser uma estratégia fundamental para a superação desse quadro.

Apareceram também iniciativas pontuais, como uma matéria citando a experiência de uma professora no interior do Maranhão – que começou a dar aulas na praia para melhorar o desempenho de seus alunos (“ABCD na areia”) – e políticas como *Bolsa Universitária* e *Salário Escola*. Segundo reportagem da revista, esses programas ajudaram a elevar o IDH do estado de Goiás (“Gestão Cidadã”). A relação entre a Educação e as outras áreas sociais, desenvolvida ao longo do texto, também se mostrou muito interessante.

Veja trouxe uma matéria sobre a ampliação do ensino fundamental, em que mostrava a importância do ingresso aos seis anos. Mas também ponderava que esta não é por si só uma solução para reais melhorias de condições de ensino e aprendizagem. A revista *Época* também tratou desse tema, enfocando a falta de clareza em torno da legislação.

Época ainda apresentou uma reportagem abordando a parceria entre ONGs e poder público na melhoria da Educação Básica. A partir de dois exemplos, o texto tratou as experiências como “parcerias de sucesso”. No entanto, não problematizou a relação entre sociedade civil e Estado, sobretudo no que se refere à transferência de responsabilidades estatais. Também seria interessante a diversificação das fontes especializadas na avaliação dos projetos, sobretudo em relação à viabilidade de sua universalização nas redes de ensino.

INTENSIFICAR A COMUNICAÇÃO COM ONGS, GOVERNOS E ESCOLAS CONTRIBUI PARA MELHOR COBERTURA

Margarida Azevedo, do Jornal do Commercio, *comenta os desafios de escrever sobre Educação nos grandes meios de comunicação, onde o tempo para a produção está cada vez mais escasso*

Repórter do *Jornal do Commercio*, em Recife, desde 2000, Margarida Azevedo pauta Educação no veículo desde os tempos de estágio. "Eu cursei dois anos de pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, sempre quis ser professora. Decidi por Jornalismo, mas não queria deixar Educação de lado, então comecei a me interessar pelas pautas educacionais e meu editor topou".

O desafio – de pautar e realizar boas matérias com profundidade e rapidez – nem sempre é tarefa fácil, reconhece a jornalista. "Conseguir espaço é uma das grandes dificuldades. Os jornais estão cada vez com menos páginas, e as pautas de Educação normalmente rendem bastante", explica.

Outra dificuldade, comenta, está em ouvir um amplo leque de fontes para cada matéria. Ela reconhece a importância de se consultar tanto governo – nas três esferas –, como sociedade civil e universidades. No cotidiano, porém, ainda não está plenamente satisfeita. "Seja pela falta de tempo, pela dificuldade de acesso a algumas pessoas ou pelo pouco espaço editorial", diz.

A repórter destaca, entretanto, uma aproximação bastante positiva em relação às fontes. O Ministério Público Estadual (MPE) tem uma Promotoria de Educação e, há alguns meses, as promotoras intensificaram o contato com a redação. "Assim, ações que ficariam restritas à esfera judicial têm sido divulgadas. A proximidade com o MPE também me estimulou a procurar o órgão com mais freqüência para comentar matérias", conta.

Sobre a maneira como vê a cobertura de Educação atualmente, Margarida lamenta o fato de a maioria das matérias sobre o tema enfocar aspectos negativos. "Poucas vezes as manchetes de jornais trazem notícias boas. Isso não significa que não temos boas notícias para mostrar na área educacional. Elas simplesmente não correspondem aos interesses dos veículos de comunicação", afirma. "Cabe a nós, repórteres, investirmos na denúncia, claro, porque esse é nosso papel, mas também temos que tentar apresentar aspectos positivos".

> "Pela proximidade com o MPE, ações que ficariam restritas à esfera judicial têm sido divulgadas"

Por fim, a pergunta fundamental: como melhorar a qualidade da cobertura educacional? Na opinião da jornalista, algumas medidas ajudariam bastante: "Em primeiro lugar, é preciso mais espaço e mais tempo para produzir as matérias. Raras vezes há tempo para ler livros sobre o assunto que vamos escrever, para aprofundar as conversas, para pesquisar. A necessidade de produzir matérias diárias, como é meu caso, dificulta o trabalho mais apurado, mais aprofundado", reconhece. "Se houver mais comunicação entre imprensa, ONGs, governos e escolas a qualidade também melhora". Margarida sugere ainda a participação em congressos, encontros e seminários, "que são fontes ricas de informações. Quanto mais informado o repórter, melhor para o leitor."

Percurso: Estudou na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Trabalhou na assessoria de imprensa do Governo do Estado. Em 2000, passou a integrar a equipe do *Jornal do Commercio*.

Se você conhece um/a comunicador/a que tem uma história interessante, mande para a gente! Escreva para observatorio@acaoeducativa.org

A POLÊMICA EM TORNO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

Conteúdo pedagógico, disponibilidade de recursos e mudanças no marco jurídico são alguns aspectos que precisam ser abordados

A obrigatoriedade da matrícula das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, formalmente estabelecida em maio de 2005, não foi imediatamente acompanhada da ampliação desse nível de ensino para 9 anos. O descompasso entre a determinação legal e a prática causou dúvidas e transtornos no início deste ano letivo.

Embora a ampliação no Ensino Fundamental tenha sido aprovada pelo Senado Federal em 25 de janeiro de 2006, permanecem indagações relativas ao conteúdo pedagógico a ser adotado e, sobretudo, aos recursos necessários para o aumento do número de vagas, incluindo aí a adaptação física das escolas para receberem as crianças de 6 anos.

Maria Malta Campos, professora da PUC/SP, considera "positivas" as alterações, mas alerta para a necessidade de serem tomadas precauções no sentido de evitar que tais mudanças resultem na antecipação da repetência e na superlotação de salas. A pesquisadora reconhece, também, que a medida pode impulsionar mudanças nas práticas pedagógicas muito rígidas e tradicionais, além da adaptação do currículo e ampliação do tempo para a alfabetização.

Abaixo estão relacionadas as sínteses das normas jurídicas referentes a esse processo, assim como indicações de fontes que oferecem diferentes abordagens sobre o tema.

Plano Nacional de Educação Lei Federal 10.172/2001 – Ensino Fundamental – Item Objetivos e Metas: Ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos.

Lei 11.114 de 16 de maio de 2005 - Altera os arts. 6o, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade.

Projeto de Lei 144, aprovado no Senado Federal em 25 de janeiro de 2006 - Altera o art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ampliando o Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, e estabelece, no § 5º, que estados, municípios e Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a nova configuração.

Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica, de 3 de agosto de 2005 – Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Entre outras informações, estabelece a nova nomenclatura para o Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Etapa de ensino	Faixa Etária prevista	Duração
Educação Infantil	até 5 anos de idade	
Creche	até 3 anos de idade	
Pré-Escola	4 e 5 anos de idade	
Ensino Fundamental	até 14 anos de idade	9 anos
Anos iniciais	de 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos finais	de 11 a 14 anos de idade	4 anos

Parecer nº 6/2005, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 8 de junho de 2005.

O documento traz o histórico dos debates promovidos pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação em torno da ampliação do Ensino Fundamental. Entre outros aspectos, informa que a ampliação para 9 anos dessa etapa de ensino já havia sido adotada pelos estados de Minas Gerais e Goiás, respectivamente em 2003 e 2004. Note-se que a nova configuração era válida para as redes públicas estaduais. A adoção pelas redes municipais ainda se encontrava em curso.

O documento classifica a ampliação do Ensino Fundamental obrigatório para 9 anos, a partir dos 6 anos de idade, como uma "política afirmativa" por promover "melhoria da qualidade da Educação e oferta de condições educacionais para a eqüidade".

Algumas normas indicadas no Parecer para a implantação progressiva da nova configuração do Ensino Fundamental:

1. Nas redes públicas estaduais e municipais a implantação deve considerar o regime de colaboração e deverá ser regulamentada pelos sistemas de ensino estaduais e municipais;
2. Nas redes públicas municipais e estaduais é prioridade assegurar a universalização no Ensino Fundamental da matrícula na faixa etária dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos;
3. Nas redes públicas estaduais e municipais não deve ser prejudicada a oferta e a qualidade da Educação Infantil;
4. Os sistemas de ensino e as escolas deverão compatibilizar a nova situação de oferta e duração do Ensino Fundamental a uma proposta pedagógica apropriada à faixa etária dos 6 (seis) anos, incluindo recursos humanos, organização do tempo e do espaço escolar, material pedagógico etc.
5. Os sistemas de ensino deverão fixar as condições para a matrícula de crianças de 6 (seis) anos no Ensino Fundamental quanto à idade cronológica: que tenham 6 (seis anos) completos ou que venham a completar seis anos no início do ano letivo.

Parecer nº 18, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 15 de setembro de 2005.

Este documento reafirma o conteúdo do anterior no que se refere ao regime de colaboração para a efetivação dos direitos educativos e a responsabilidade de estados e municípios na regulamentação dos sistemas de ensino estaduais e municipais. Também afirma que o ano de 2006 deve ser considerado como "período de transição", e que os estados poderiam adaptar os critérios usuais de matrícula, relativos à idade cronológica de admissão no Ensino Fundamental, considerando as faixas etárias adotadas na Educação Infantil até 2005.

Outras referências:

É também indicada pelo Ministério da Educação (MEC), para a implementação do Ensino Fundamental de 9 anos, a publicação "Ensino Fundamental de 9 anos – Orientações", disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf. O texto traz, entre outras informações, indicações para a organização do trabalho pedagógico.

São também citados pelo MEC, como parâmetros para a reorganização pedagógica, as "Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Educação Infantil". Ainda de acordo com o MEC, desde 2003 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação prevê, em seu Manual de solicitação de recursos destinado às escolas das redes públicas, recursos específicos para a adequação das escolas ao atendimento das crianças de 6 anos (www.mec.gov.br/fnde).

Fontes

Governo Federal
Coordenação Geral do Ensino Fundamental do MEC: Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento, Cleide de Alencar Tormine e Luciana Sargel – (61) 2104-8650; 2104-8637

Sistema de Justiça
Luiz Antonio Miguel Ferreira - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.
(18) 3222-3066 lamfer@stetnet.com.br

Sociedade Civil
Movimento Interfórum de Educação Infantil do Brasil – Mieib, com representações no AC; CE; DF; ES; MA; MS; MG; PA; PR; PE; RJ; RS; SC; SP; SE.

Ângela Barreto (DF) – amrfbarreto@uol.com.br
Rita Coelho (MG) – rcfcoleho@uol.com.br
Maria Geisa de Andrade – geisa@cclf.org.br
Silvia Cruz (CE) – silviavc@uol.com.br

Universidade
Maria Malta Campos, professora PUC/SP - mmalta@uol.com.br

ação educativa
ANDI Agência de Notícias dos Direitos da Infância
Cooperação Financeira
Save the Children Reino Unido